



CONTRATO Nº 01/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 01/2026.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE
CONCEIÇÃO DO RIO VERDE-MG E A EMPRESA
DAMASCENO, COSTA E FERREIRA ADVOGADOS,
mediante as cláusulas e condições abaixo.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE**, Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Nagib Mohallem, nº 26, Centro, Conceição do Rio Verde, MG, CEP 37.430-000, inscrita no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) sob o nº 25.644.329/0001-16, representada pelo Presidente, Vereador **LUCIANO DOS REIS BENTO**, inscrito no CPF sob o nº 103.343.696-81, no uso de suas atribuições, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado, a empresa **DAMASCENO, COSTA E FERREIRA ADVOGADOS**, inscrita no CNPJ nº 16.650.003/0002-91, com sede na Rua Rio Grande do Norte, nº 1436, bairro Savassi, cidade de Belo Horizonte, CEP 30.130-138, neste ato representado por seu sócio **Adelson Barbosa Damasceno**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/MG sob o nº 131.107, portador do CPF nº 055.925.236-61, residente e domiciliado na Rua Marília de Dirceu, nº 646, bairro Nova Era, cidade de Boa Esperança/MG, dorovante denominado **CONTRATADO**, em observância às disposições legais previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais normas regulamentares, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, oriundo do Processo Administrativo nº 01/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 01/2026, tendo justo e contratado o que segue, mediante as cláusulas e condições abaixo delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica especializada para matérias de alta complexidade, de natureza estratégica, técnica e complementar, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Conceição do Rio Verde, de acordo com as periodicidades, especificações, obrigações e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato.

1.2. Da descrição detalhada dos serviços: A contratação para o objeto em questão abrange a consultoria e assessoria das temáticas jurídicas complexas, envolvendo os serviços de matérias complexas, acerca de temas ligados ao Legislativo, competindo:



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
Praça Nagib Mohallem, nº 26 – centro - Conceição do Rio Verde – MG
Cep: 37.430-000 – Fone (35) 92001-6984

- Elaboração de notas técnicas, estudos jurídicos, pareceres consultivos e memoriais interpretativos complementares sobre matérias legislativas e administrativas de alta complexidade;
- Apoio técnico complementar à formulação e revisão de proposições normativas estruturantes e de alta complexidade, como reformas administrativas, alterações na Lei Orgânica e no Regimento Interno;
- Acompanhamento complementar especializado na tramitação de matérias sensíveis e complexas, com ênfase na fundamentação jurídica e na segurança normativa dos atos legislativos;
- Análise técnica comparada de experiências normativas de outros entes federativos e órgãos públicos, para embasar inovações legislativas locais, de forma complementar.
- Proposição de estratégias jurídicas para a revisão e modernização de rotinas administrativas e legislativas, inclusive por meio da organização de fluxos procedimentais e manuais de boas práticas, de forma complementar;
- Consultoria complementar na estruturação de projetos voltados à melhoria da gestão institucional e da produção legislativa;
- Suporte técnico complementar em projetos de transformação digital, inovação normativa e capacitação de servidores e agentes políticos.
- Consultoria jurídica complementar em procedimentos atípicos e de maior sensibilidade política, tais como comissões parlamentares de inquérito, processos de apuração de infrações político-administrativas, sindicâncias e comissões de ética;
- Apoio técnico complementar na elaboração de atos e procedimentos em situações de crise institucional, vácuo normativo ou dúvida interpretativa relevante.
- Apoio e atuação consultiva complementar perante o Chefe do Executivo ou outros órgãos representativos, assim como órgãos de controle externo, desde que agendado previamente, a pedido do Presidente da Câmara, para explicações acerca de projetos, planos e atos de governo que suscitem dúvidas em virtude da complexidade de sua matéria;
- Apoio complementar na elaboração de Projetos de Lei, ofícios, pareceres, de interesse individual de cada Vereador, em temas e matérias de alta complexidade jurídica e que suscitem dúvidas, de modo a garantir maior segurança jurídica e eficiência na atuação legislativa;



- Assessoria à Mesa Diretora e a Presidência quanto à análise das proposições, sugestões e requerimentos a ela apresentados em sede de matérias complexas, que extrapolem o âmbito de atuação da assessoria jurídica ordinária;
- Condução do desenvolvimento de outros assuntos incluídos no seu campo de atuação e que lhe sejam determinados pelos demais órgãos que compõem a estrutura orgânica do Poder Legislativo, de forma complementar;
- Revisão e vista complementar dos processos licitatórios que suscitem dúvidas diante da complexidade de suas matérias, incluindo editais e contratos;
- Outras atividades complementares afins.

1.2.1. A contratada também auxiliará, de forma complementar, nas demandas mais complexas provenientes do Ministério Público e órgão de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

1.2.2. A contratada deverá comparecer à sede da Câmara Municipal quizenalmente, no horário das 12h às 18h. Nos demais dias, deverá prestar a consultoria e os demais serviços por meio das plataformas de comunicação, tais como e-mail e whatsapp.

1.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1. Este Contrato vincula-se a todo Processo Administrativo identificado no preâmbulo deste instrumento, independentemente de transcrição.

2.2. Aplica-se à execução deste instrumento contratual, a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, demais regulamentações vigentes e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, ao passo que os casos omissos serão resolvidos a luz das demais normas vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ 60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais)** correspondente à R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) mensais.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **01.01.00-3390.35.00-01.031.0001-2.003 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA.**



CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. O objeto do presente instrumento contratual será realizado na forma de execução indireta, por empreitada por preço global, nos termos consignados na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O prazo de vigência do instrumento contratual será até 31 de dezembro de 2026, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei.

6.2. A Contratada deverá obrigatoriamente e sob pena da aplicação de multa de mora, conforme dispõe o art. 162 da Lei nº 14.133/2021, iniciar a execução dos serviços objeto deste Contrato no primeiro dia após a assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO(S) PAGAMENTO(S)

7.1. Os pagamentos pela prestação do serviço serão efetuados mensalmente, em até 10 (dez) dias, após emissão da nota fiscal, contendo, na nota fiscal o aceite e recebimento, devidamente atestado pelo gestor ou fiscal do contrato.

7.2. Para efeito dos pagamentos, será considerado o valor mensal constante da proposta de preços, obedecendo, contudo, a Nota de Autorização de Fornecimento ou Pedido e aferição e atestado emitido pelo gestor ou fiscal do contrato.

7.3. O pagamento efetuado pela Câmara à empresa detentora do contrato dependerá da apresentação dos seguintes documentos: **(i)** Nota Fiscal contendo a descrição, o valor unitário e total do produto; **(ii)** certidões de regularidade fiscal, social e trabalhistas atualizadas; outros documentos, se necessário.

7.4. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



7.5.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA OITAVA – DO LOCAL E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Início da execução do objeto: na data de assinatura do Contrato;

8.2. A execução se dará conforme a Cláusula 1.2.2 deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. Devido à natureza do objeto, não será exigido garantia para a execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ENCARGOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1. A Administração/Contratante obrigar-se-á:

- a) emitir nota de autorização de início dos serviços, conforme especificações do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e da proposta da contratada;
- b) comunicar a contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos serviços prestados;
- c) efetuar o pagamento de acordo com a forma de pagamento estipulada no Termo de Referência e/ou no Contrato;
- d) promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- e) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela contratada fora das especificações estipuladas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência e seus respectivos anexos, se houver;
- f) acompanhar e fiscalizar a contratada e as condições de habilitação e qualificação exigidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, durante toda a execução do contrato, em



cumprimento ao disposto no inc. XVI, do art. 92 da Lei 14.133/2021;

- g) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- h) prestar à contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- i) esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes dos serviços a serem contratados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas;
- j) notificar, por escrito, a contratada a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- k) efetivar o aditamento do contrato quando necessário ou solicitado pela contratada e aprovado pela fiscalização/gestão do contrato;

10.2. A empresa contratada obrigar-se-á:

- a) realizar a execução dos serviços de acordo com as exigências e especificações contidas no Estudo Técnico Preliminar, Proposta, Termo de Referência e Contrato;
- b) cumprir fielmente o objeto da contratação, de forma que os serviços sejam fornecidos no prazo estabelecido.
- c) responsabilizar-se integralmente pela prestação dos serviços nos termos estipulados e nos locais indicados pela Administração.
- e) responder, integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados direta ou indiretamente, por seus empregados, representantes ou prepostos, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pela Câmara.
- f) comunicar imediatamente a Câmara Municipal qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto contratado.
- g) fornecer números telefônicos, endereços de e-mail ou outros meios igualmente eficazes, para contato com a contratada.
- h) assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual.
- i) manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas,



todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, devendo comunicar à Câmara, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DESIGNAÇÃO DO FISCAL E GESTOR DO CONTRATO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, fica designado para atuar como **gestor do contrato** o Sr. Luciano dos Reis Bento, Presidente da Câmara Municipal e como **fiscal do contrato**, o servidor Sr. Flávio Henrique Rezende Pereira.

11.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

11.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

11.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

11.5. O(s) fiscal(is) e gestor(es) do(s) contrato(s) poderão, no âmbito de sua competência, exercer as atribuições dispostas na regulamentação municipal e demais normas regulamentares vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. O instrumento contratual poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - Por acordo entre as partes:



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
Praça Nagib Mohallem, nº 26 – centro - Conceição do Rio Verde – MG
Cep: 37.430-000 – Fone (35) 92001-6984

- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação da execução dos serviços;
- d) Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

12.2. Será utilizado para fins reajustamento de preços o IPCA-E, cuja a variação terá como data-base vinculada à data do orçamento estimado, após decorridos 12 (doze) meses da contratação, desde que a contratada não tenha dado causa para o atraso na execução do objeto.

12.3. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea “d”, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresse do contratado.

12.3.1. Para fins de concessão do reequilíbrio/revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido a Autoridade Superior, mediante requerimento protocolado, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Planilha de composição do preço original e do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II - Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original e do novo preço.

III- Outros documentos hábeis e legais que possam demonstrar o desequilíbrio econômico-financeiro.

12.4. Enquanto não ocorrer a revisão dos preços, o contratado deverá executar os serviços de



forma continuada e pelo preço inicial contratado, devendo, contudo, a Administração decidir sobre o requerimento, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

12.5. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do contrato e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, a contratada será convocada pela Câmara Municipal, para a alteração, por aditamento, do preço contratado, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação.

12.6. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do art. 124, da Lei nº 14.133/2021 e o disposto neste Termo de Referência e Edital, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem necessárias nos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o a execução do contrato;
- IX - fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do contrato;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



13.2. Serão aplicadas ao licitante ou contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A sanção prevista no inciso I do item 13.2 deste instrumento contratual, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 13.1 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.5. A sanção prevista no inciso II do item 13.2 deste instrumento contratual, será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155, da Lei nº 14.133/2021.

13.6. A sanção prevista no inciso III do item 13.2 deste instrumento contratual, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 13.1 do edital e art. do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Conceição do Rio Verde/MG, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.7. A sanção prevista no inciso IV, do item 13.2, deste instrumento contratual, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 25.1 e do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 13.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
Praça Nagib Mohallem, n° 26 – centro - Conceição do Rio Verde – MG
Cep: 37.430-000 – Fone (35) 92001-6984

grave que a sanção referida no item 13.6 e § 4º do art. 155, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.8. Além das sanções acima descritas, a Administração poderá aplicar multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.9. Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias de atraso, fica autorizado à contratante a rescisão contratual por culpa da contratada, convertendo-se a multa em compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

13.10. A sanção estabelecida no inciso IV do item 13.2 deste Edital será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal responsável pela gestão do contrato;

13.11. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2. deste contrato, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

13.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.13. A aplicação das sanções previstas no item 13.2 deste contrato, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.14. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 13.2. deste contrato, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.15. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 13.2 deste contrato, será procedida de instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



13.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos art. 159, da referida lei.

13.17. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, nos termos do art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. A Câmara Municipal, por intermédio do gestor ou fiscal do contrato, será o responsável por realizar o recebimento do objeto, o qual atestará a sua aceitação, informando se estão de acordo com a Nota de Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço e com as devidas característica técnicas, dentre outras, conforme proposto pela contratada.

14.2. Acaso o objeto não esteja nas condições exigidas pela Administração, será lavrado termo de recusa, devendo, para tanto, o contratado providenciar a reparação das condições recusada, sob pena de incorrer nas sanções previstas neste Contrato e na Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO DO CONTRATO

15.1. A gestão do contrato deverá ser realizada pelo gestor e pelo fiscal do contrato, que deverão verificar todas as cláusulas e fazer cumprir todas as obrigações estipuladas neste instrumento contratual, bem como nas disposições contidas no Estudo Técnico Preliminar, Proposta e Termo de Referência que deu origem ao contrato e nos dispositivos legais previstos nas legislações de regência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

16.1. Constituirão ainda motivos para extinção deste contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, acaso ocorra as situações previstas nos dispositivos legais do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021, de 01 de abril de 2021 e demais normas regulamentares.

16.2. Nas situações em que ocorrer os casos de extinção deste contrato, aplicar-se-ão os dispositivos legais previstos nos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como as demais normas e regulamentações vigentes.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

17.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

17.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

17.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

17.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável



justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

17.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos referente este instrumento contratual, serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas regulamentares e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá à contratante providenciar, a suas expensas, a publicação deste instrumento contratual, de acordo com as disposições legais previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Conceição do Rio Verde, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 3 (três)



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
Praça Nagib Mohallem, nº 26 – centro - Conceição do Rio Verde – MG
Cep: 37.430-000 – Fone (35) 92001-6984

vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, contratante e contratada, e pelas testemunhas abaixo.

Conceição do Rio Verde/MG, 26 de janeiro de 2026.

Luciano dos Reis Bento
Presidente da Câmara Municipal
Contratante

DAMASCENO, COSTA E FERREIRA ADVOGADOS
Adelson Barbosa Damasceno
Representante Legal
Contratada

TESTEMUNHAS:

Ass:

Nome: VITOR HUGO PAGANELLI SILVA

CPF: 305.771.626-08

Ass:

Nome: ALCINOR AUGUSTO MENDES

CPF: 078.122.036-03